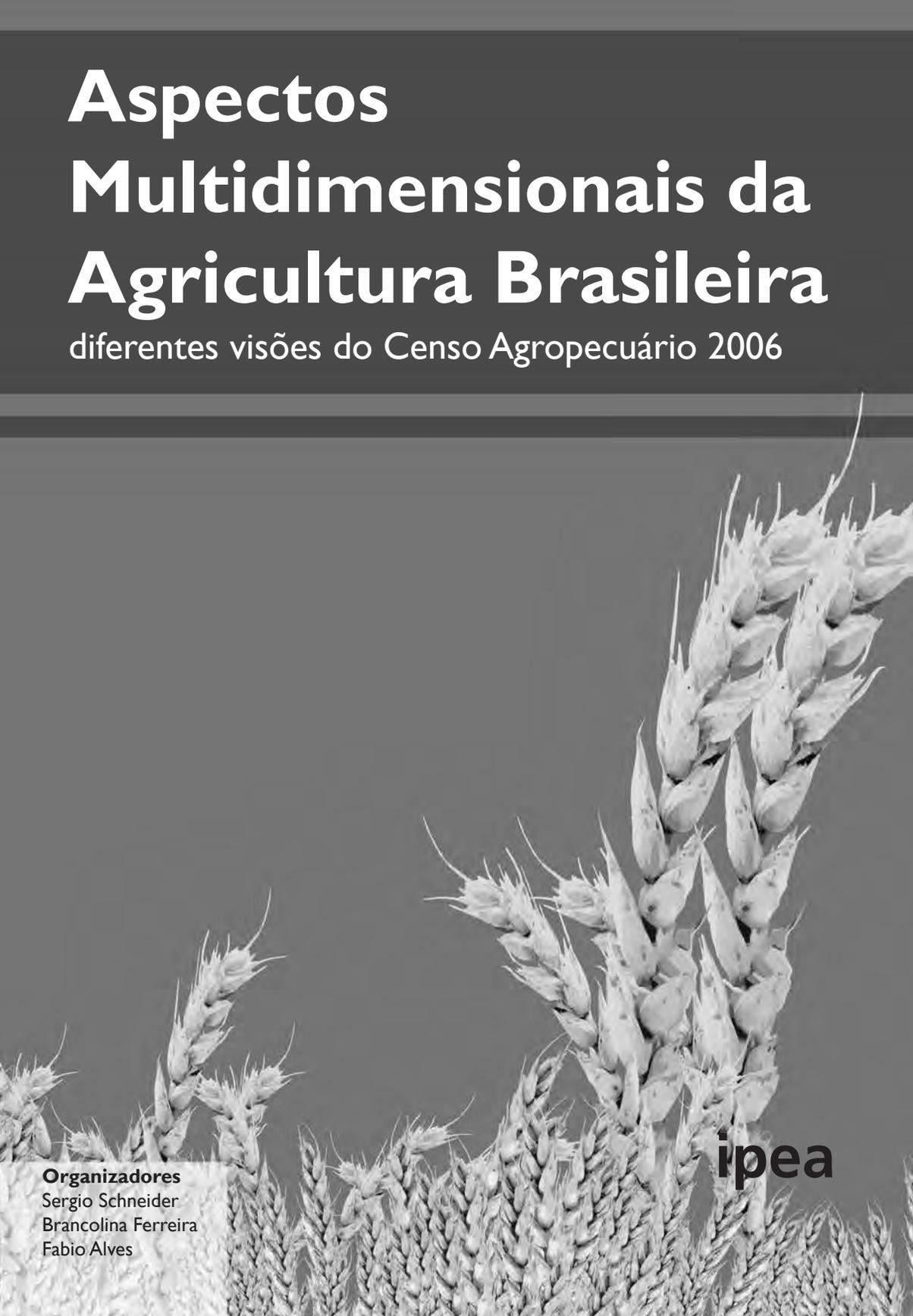


Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira

diferentes visões do Censo Agropecuário 2006

Organizadores
Sergio Schneider
Brancolina Ferreira
Fabio Alves

ipea

The cover features a grayscale photograph of several wheat stalks. The stalks are arranged in a way that creates a sense of depth and texture, with some in sharp focus and others blurred in the background. The lighting highlights the individual grains and the structure of the panicles. The overall composition is clean and professional, typical of an academic or technical publication cover.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro interino Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira

diferentes visões do Censo Agropecuário 2006

Organizadores
Sergio Schneider
Brancolina Ferreira
Fabio Alves

ipea
Brasília, 2014

Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira:
diferentes visões do Censo Agropecuário 2006 /
organizadores : Sergio Schneider, Brancolina
Ferreira, Fabio Alves. – Brasília : Ipea, 2014.

387 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-191-5

1. Agricultura. 2. Censos Agropecuários. 3.
Estabelecimentos Agrícolas. 4. Brasil. I. Schneider,
Sergio. II. Ferreira, Brancolina. III. Alves, Fabio. IV.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD : 338.10981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

PLURIATIVIDADE E PLURIRRENDIMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO BRASIL E DAS REGIÕES SUL E NORDESTE

Sergio Schneider
Fabiano Escher
Luciana Scarton
Marcelo Antonio Conterato

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, especialmente desde a metade dos anos 1990, a agricultura brasileira conheceu mudanças estruturais que estão alterando várias de suas características históricas, socioeconômicas e espaciais. Muitas destas mudanças e alterações são ainda insuficientemente compreendidas, descritas e analisadas. Não obstante, têm sido promissoras as expectativas a respeito dos dados estatísticos do Censo Agropecuário (CA) 2006, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, ao permitir que pesquisadores e estudiosos utilizem as informações de forma criativa, como um importante instrumento para a produção de conhecimento sobre processos e transformações na agricultura e no meio rural do Brasil e das suas regiões. O tema da pluriatividade e dos plurirrendimentos é muito ilustrativo deste estado de ânimo. Portanto, este capítulo, escrito pela equipe do subprojeto 2 – *A pluriatividade e os plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários das regiões Sul e Nordeste do Brasil em 2006* – do projeto de pesquisa de equipe para a análise dos dados do novo CA 2006 irá explorar uma série de dados sobre este tema com base nos referidos dados.¹

No âmbito internacional, alguns trabalhos tornaram-se referência obrigatória no estudo da pluriatividade, tal como a pesquisa realizada no âmbito do consórcio Arkleton Trust (1992) sobre o caso europeu, que constatou que o nível, a composição e a evolução das rendas das famílias rurais dependiam crucialmente, entre 1987 e 1991, do contexto regional – cinco zonas de estudo – e do tipo de pluriatividade – sua maior ou menor intensidade e diversificação. Este estudo evidenciou que a mão de obra agrícola estava cada vez mais direcionada a atividades

1. Os resultados completos da pesquisa estão contidos em um relatório preparado pela mesma equipe e em breve serão publicados pelo Ipea.

não agrícolas e atividades relacionadas com a agricultura fora do estabelecimento. Esta pesquisa foi considerada uma convincente evidência de que a pluriatividade havia se tornado um fenômeno estável e disseminado em todos os tipos de regiões europeias estudadas, com 63% dos estabelecimentos apresentando algum dos membros da família engajado em atividades desta natureza.

Anos mais tarde, o próprio Banco Mundial também produziu estudos e estimulou avaliações sobre a importância das atividades e rendas não agrícolas para melhorar a situação de pobreza das áreas rurais. Na visão deste banco, as rendas não agrícolas seriam, na verdade, um importante componente do desenvolvimento e da redução da pobreza rural, que mereceria ser devidamente contemplado nas ações por ele implementadas. A principal recomendação para as estratégias de ações para o meio rural estaria em ampliar o foco sobre o rural, abandonando o “estrito foco do setor agrícola” (World Bank, 1997; 2000). Em outro relatório sobre agricultura e desenvolvimento rural, publicado em 2008, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) reconheceu expressamente que o estímulo às atividades não agrícolas e à geração de rendas de outras atividades que não a produção agropecuária poderia ter um papel muito importante no desenvolvimento do meio rural e na superação da pobreza (BIRD, 2008).

No Brasil, no final dos anos 1990, foram desenvolvidas várias pesquisas utilizando dados secundários e primários, as quais permitiram dimensionar e caracterizar a presença e a importância econômica das atividades não agrícolas entre os agricultores. Entre estas pesquisas destaca-se o Projeto Rurbano, coordenado por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com a participação de investigadores de diversos estados da Federação. O projeto foi composto de três fases e começou a ser desenvolvido a partir da divulgação pelo IBGE dos microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) – realizando uma nova caracterização da população residente nos meios rurais brasileiro e paulista em particular.² Esta pesquisa e outros estudos (Schneider, 2003; Kageyama, 1998; Carneiro, 2001; 2006) geraram diversos relatórios e publicações com informações importantes que possibilitaram a redefinição das políticas públicas, as quais passaram a considerar esta nova realidade existente no meio rural do país (Schneider, 2007). Inclusive, a partir de 2011, o próprio Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) considerou a conjugação das tradicionais atividades agropecuárias e seus respectivos rendimentos com as atividades não agropecuárias e os rendimentos delas

2. As principais conclusões das fases I, II e III foram: fase I – o emprego agrícola diminuía sistematicamente desde meados dos anos 1980, mas a população rural ocupada crescia no mesmo período; fase II – revelou-se a importância da pluriatividade e dos rendimentos não agrícolas para as famílias rurais, especialmente o papel das transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões aos agricultores familiares; e fase III – impacto positivo da pluriatividade na renda familiar, mas ainda é menor que o impacto das aposentadorias; sua associação a menores índices de pobreza e a participação do autoconsumo na composição da renda familiar não se revelou elevado.

provenientes entre os critérios que definem o seu público-alvo e a inclusão dos beneficiários da política.³

O impulso decisivo ao estudo da pluriatividade no Brasil ocorreu à medida que se ampliaram as pesquisas sobre as mudanças econômicas, espaciais e ocupacionais no mercado de trabalho, especialmente aquelas conduzidas no âmbito do Projeto Rurbano, que se tornaram referência neste tipo de análise (Campanhola e Graziano da Silva, 2004; Graziano da Silva, 1999).

Apoiando-se em um refinado tratamento dos dados das PNADs, vários autores fizeram e continuam a fazer grandes avanços (Souza e Nascimento, 2006; Nascimento e Cardozo, 2007). A título de informação, vale dizer que, de acordo com os dados da PNAD de 2009, haveria naquele ano 8.749.853 domicílios rurais no Brasil, sendo que 4.253.466 (48,6%) famílias poderiam ser consideradas não pluriativas e 4.496.387 (51,4%) pluriativas. Na região Sul, seriam ao todo 1.452.045 domicílios rurais, dos quais 742.765 (51,2%) de famílias não pluriativas e 709.283 (48,8%) de pluriativas. E na região Nordeste, haveria 3.957.644 domicílios rurais, sendo 1.657.414 (41,9%) não pluriativos e 2.300.230 (58,1%) pluriativos.

Contudo, apesar dos avanços nos instrumentos de política pública e da existência dessas publicações com diversas informações importantes, ainda persistem muitas lacunas de pesquisa. Ainda não foi possível realizar uma caracterização completa da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas que defina o fenômeno da pluriatividade com as bases de dados existentes, principalmente no que se refere à sua localização, tampouco no que diz respeito a sua importância econômica, uma vez que as PNADs não permitem tal nível de desagregação e detalhamento. Ou seja, ainda não se dispõe de informações suficientemente detalhadas sobre as atividades não agrícolas e os contextos que geram ou favorecem o aparecimento da pluriatividade no meio rural brasileiro. Tais informações, uma vez obtidas, poderiam ser muito úteis para verificar e compreender não somente a incidência destas atividades, mas também oferecer subsídios de informações para pesquisas futuras em questões mais específicas, bem como para o próprio aprimoramento das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Nesse sentido, a publicação dos dados do CA 2006 e as inovações por ele trazidas constituem um fato marcante, contribuindo para o preenchimento de algumas destas lacunas ainda existentes nos estudos e nas pesquisas sobre pluriatividade no Brasil. De acordo com as notas técnicas divulgadas pelo IBGE:

3. "O Ministério da Fazenda permitirá o enquadramento de famílias 'com um ou dois membros' cujas atividades 'não agrícolas' sejam exercidas fora do estabelecimento rural. Hoje, a lei prevê que a mão de obra empregada na propriedade seja 'predominantemente' da própria família. A medida para permitir a chamada 'pluriatividade' foi anunciada ontem, em audiência no Senado, pelo secretário-adjunto de Política Econômica da Fazenda, Gilson Bittencourt. A alteração fará parte da reforma do Manual de Crédito Rural (MCR)." (FAZENDA... Jornal Valor Econômico, 10 jun. 2011).

Diferentemente dos anteriores, o Censo Agropecuário 2006 incluiu [*pela primeira vez*] questões referentes à caracterização do produtor, como sexo, tempo de direção do estabelecimento e migração, além de levantamento sobre a *pluriatividade econômica do produtor e membros de sua família*, residentes no estabelecimento agropecuário (IBGE, 2009a, p. 31, grifos nossos).

Com base nas novas possibilidades proporcionadas pela inserção de questões que permitem apurar a existência de atividades não agropecuárias ou agropecuárias fora do estabelecimento nos dados do CA 2006, o *objetivo geral* proposto para a pesquisa foi estudar a pluriatividade econômica e os plurirrendimentos dos produtores e membros das famílias residentes nos estabelecimentos agropecuários no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste do país, pelas categorias agricultura familiar e agricultura não familiar. E os *objetivos específicos* deste trabalho são: *i*) identificar e quantificar os estabelecimentos em que os produtores e/ou algum dos membros das famílias exercem a assim denominada pluriatividade econômica; *ii*) caracterizar os estabelecimentos em que se identifica o exercício da pluriatividade econômica segundo o tipo de pluriatividade exercida e a relação de trabalho do pessoal ocupado; *iii*) identificar as distintas fontes de receitas (plurirrendimentos) dos estabelecimentos que indicam o exercício de pluriatividade econômica do produtor e/ou de algum membro da família, mensurando a importância de cada uma na formação da receita total.

Além desta breve introdução e das considerações finais o capítulo contém mais três seções. Na segunda seção, discutem-se as principais características e inovações metodológicas do CA 2006, definem-se os conceitos operacionais e explicitam-se os procedimentos adotados neste estudo com base nos dados do IBGE. Também são realizados breves apontamentos de ordem conceitual. Na terceira seção, o foco é contemplar os objetivos específicos 1 e 2, apresentando os dados sobre a pluriatividade no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste. Na quarta seção, o foco é responder ao objetivo específico 3, quando são analisadas as distintas fontes de receita dos estabelecimentos pluriativos e seus respectivos valores (plurirrendimentos). Por fim, são apresentadas as considerações finais, contendo as principais conclusões do capítulo, uma agenda de pesquisas sobre o tema da pluriatividade e dos plurirrendimentos com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE e as potenciais contribuições destes estudos para as políticas públicas de desenvolvimento rural.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os dados utilizados nesta pesquisa são oriundos do CA 2006, publicado pelo IBGE em 2009.⁴ O nível e as unidades territoriais de análise em tela contém

4. Conforme suas notas técnicas (IBGE, 2009a), o Censo Agropecuário (CA) 2006 teve como período de referência de 1^o de janeiro a 31 de dezembro de 2006. Desse modo, os resultados deste censo não são diretamente comparáveis ao anterior, de 1995 a 1996, em função de o período de coleta dos dados ser diferente e também devido às várias questões levantadas que não faziam parte do questionário aplicado anteriormente.

dados agregados referentes ao Brasil e aos estados das regiões Sul (três) e Nordeste (nove). A unidade básica de investigação é o *estabelecimento agropecuário*, definido como segue pelo IBGE.

[Estabelecimento agropecuário é toda] unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável (IBGE, 2009b, p. 7).

A pesquisa realizada nessa última edição do CA 2006 passou a incorporar conceitos correspondentes a elementos que vêm assumindo notoriedade ou às novidades que se integraram ao universo agrícola nacional (IBGE, 2009a, p. 1-2). Este é o caso do que o IBGE designou “pluriatividade econômica do produtor e membros de sua família”. Contudo, não há nas publicações do CA 2006 uma definição com critérios objetivos para aquilo que se denominará como *estabelecimento pluriativo*, a principal categoria de análise operacionalizada neste trabalho. A definição operacional de como seria feita a identificação e o recorte do universo dos estabelecimentos pluriativos foi o processo mais complicado e trabalhoso desta pesquisa. Contudo, era algo imprescindível, pois sem esta definição se poderia no máximo trabalhar em separado com a pluriatividade do *produtor* e dos *membros da família*, mas seria impossível identificar o total de estabelecimentos agropecuários que apresentavam os atributos que caracterizam o fenômeno da pluriatividade pelo mero somatório de ambos.

Acredita-se que, apesar de a metodologia da pesquisa ter contado tão somente com uma análise tabular simples, foi possível chegar a resultados interessantes, ainda parciais, em termos de cruzamento de dados e identificação e caracterização do universo. Define-se, portanto como um estabelecimento pluriativo (EP) aquele estabelecimento agropecuário em que o produtor e/ou algum membro da família exerceu atividades agropecuárias e algum tipo de atividade não agropecuária remunerada e/ou qualquer tipo de atividade remunerada fora do estabelecimento.⁵ Portanto, são considerados EPs os estabelecimentos em que apenas o produtor exerceu pluriatividade, aqueles que algum membro da família exerceu pluriatividade e aqueles que o produtor e algum membro da família exerceram pluriatividade.

5. Optou-se por definir a pluriatividade de um estabelecimento a partir da resposta positiva as perguntas 1 e 2 do bloco 10 do questionário aplicado pelos recenseadores CA 2006, que perguntavam sobre o exercício de alguma atividade remunerada fora do estabelecimento agropecuário, seja por parte do produtor ou de algum membro da família. Contudo, esta opção pode, eventualmente, ter levado a certa subestimação do universo dos estabelecimentos pluriativos, pois também poderiam ter sido inseridas nesta categoria atividades não agropecuárias que algum integrante realizou no estabelecimento, o que pode ser revisado em futuras pesquisas sobre o tema com a mesma base de dados censitários.

A partir da definição desses critérios, foi possível aplicar operacionalmente o conceito de pluriatividade para identificar, quantificar e caracterizar o universo dos estabelecimentos pluriativos com base nos dados do CA 2006 do IBGE. Para os propósitos desta pesquisa, basta dizer que se trabalha com a definição do próprio IBGE, baseada na Lei nº 11.326, no que concerne à distinção entre estabelecimentos agropecuários pertencentes às categorias de agricultura familiar (AF) e agricultura não familiar (ANF),⁶ sem a preocupação com propósitos teóricos mais amplos, que apesar da sua importância, não serão objetos deste capítulo.⁷

Ainda, antes de adentrar na descrição e análise dos dados estatísticos propriamente ditos, é importante retomar alguns elementos conceituais necessários para a análise do fenômeno da pluriatividade nos estabelecimentos agropecuários. Para fins de definição, assim como se entende neste trabalho, a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Elas são exercidas por indivíduos pertencentes a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação), podendo pertencer a ele, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção) que compartilham entre si um mesmo espaço doméstico e produtivo de moradia e trabalho – não necessariamente em um mesmo domicílio, alojamento ou habitação – e se identificam como uma família.

A referência às várias (pluri) atividades também requer uma definição. Uma atividade consiste na execução de um conjunto de tarefas, procedimentos e operações de caráter produtivo e laboral, tais como plantio, manejo, colheita, limpeza, preparação, organização, beneficiamento etc.

A atividade agrícola e/ou agropecuária, ou simplesmente a agricultura, compreende uma miríade diversificada e complexa de tarefas, procedimentos e operações que envolvem o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas. Em função desta diversidade e complexidade, torna-se difícil e muito relativo definir onde começa e onde termina uma atividade agrícola.

6. Essa definição baseia-se na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, com base em quatro critérios: *i)* tamanho da área de no máximo quatro módulos fiscais; *ii)* mão de obra predominantemente familiar; *iii)* rendimento agrícola do estabelecimento maior que os salários obtidos fora; e *iv)* direção do estabelecimento realizado pelos membros da família (IBGE, 2009c). É claro o caráter meramente normativo e classificatório desta definição e da distinção entre AF e/ou ANF, que possuem várias dificuldades teóricas e, portanto, não devem ser utilizadas com pretensões heurísticas ou conceituais que visam explicar a realidade pelo método científico. Mas, mesmo assim, acredita-se que esta distinção entre as duas categorias é interessante para os propósitos desta pesquisa. Primeiro, porque esta é a definição legal e normativa que rege a política pública oficial. Então é importante que se conheça e reflita sobre as consequências positivas e/ou negativas do seu uso. Segundo, porque a sua utilização na pesquisa pode tanto reafirmar as suas eventuais virtudes analíticas e normativas quanto apontar os seus problemas e limites. Ter este conhecimento disponível é importante, porque possibilita o questionamento e a indicação de caminhos que contribuam para a superação.

7. Uma discussão sobre os limites da distinção entre agricultura familiar (AF) e agricultura não familiar (ANF), bem como uma proposta alternativa de classificação com base nos dados do CA 2006 pode ser encontrada no primeiro capítulo deste volume, de autoria de Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013).

É importante considerar que a base física na qual estas se realizam é a unidade de produção, isto é, o *estabelecimento agropecuário*. Mesmo assim, pode-se falar de atividades agrícolas desempenhadas no próprio estabelecimento ou no estabelecimento de terceiros.

Existem também as chamadas atividades para-agrícolas e/ou agropecuárias, que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola – *in natura* ou de derivados – produzida dentro de um estabelecimento ou adquirida – em parte ou no todo – fora. As atividades para-agrícolas podem ter a finalidade de transformar a produção visando ao consumo pelos próprios membros da família ou destiná-la à venda.

E, finalmente, são consideradas como atividades não agrícolas e/ou agropecuárias todas aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola. Em geral, são atividades cuja realização ocorre em outros setores ou ramos da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços. A interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não agrícolas e a sua combinação no âmbito da família com seus membros residentes em um estabelecimento agropecuário gera a pluriatividade, que tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem a divisão do trabalho e as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que se inserem – o seu *território*.

Mas, uma vez que são várias as causas que podem afetar o aparecimento da pluriatividade no meio rural (Perondi, 2007; Conterato, 2008; Schneider, 2009), pode-se estabelecer que não existe apenas um tipo de pluriatividade e sua variação decorre dos próprios fatores que estimulam o seu aparecimento. Para compreender a ampla diversidade de formas que pode assumir a pluriatividade em face dos condicionantes internos à unidade familiar – idade, número de membros da família, escolaridade, disponibilidade de terra etc. – e dos contextos e ambientes socioeconômicos em que se desenvolve, considera-se necessário recorrer à elaboração de uma tipologia, sendo que dois tipos mais gerais puderam ser identificados com base nos dados disponíveis no CA 2006.

A primeira tipologia é a *pluriatividade intersetorial*, decorrente do crescente processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia – notadamente indústria, comércio e serviços –, expressão rural das transformações estruturais mais amplas no mercado de trabalho no período dito *pós-fordista*, ligada à descentralização e realocação industrial – inclusive em espaços rurais e periurbanos –, à segmentação do mercado de trabalho, à flexibilização das relações de trabalho (subcontratação, precarização, informalização), à expansão crescente das áreas de habitação no entorno das grandes regiões metropolitanas e ao fluxo pendular de pessoas que habitam o meio rural mas trabalham em atividades não agrícolas.

A segunda tipologia é a *pluriatividade agrária*, composta por dois conjuntos de atividades realizadas no interior do próprio setor agropecuário, os quais podem encontrar-se combinados ou não na realidade empírica. O primeiro conjunto de atividades decorre da demanda crescente por serviços e atividades resultantes do processo de modernização da agricultura, expandindo a terceirização de etapas ou fases dos processos produtivos na agricultura, implicando subcontratação e aluguel de máquinas e equipamentos e contratação de serviços auxiliares para execução de tarefas que antes eram realizadas no interior de cada exploração agropecuária. Ela se manifesta de três formas: *i)* pelos indivíduos que residem no meio rural e trabalham na atividade agrícola, mas uma parcela relevante, senão a maior parte, de sua jornada de trabalho é dedicada à prestação de serviços para de máquinas e equipamentos – plantio, colheita, pulverização, manejo, transporte etc. – para terceiros, como vizinhos ou mesmo em propriedades mais distantes, mediante pagamento (em dinheiro ou em produto), não se tratando de uma forma de ajuda mútua; *ii)* contratação de pessoas que moram no meio rural e integram famílias de agricultores para atuar em atividades como processamento, beneficiamento, transporte, comercialização etc. da produção agropecuária, em empregos gerados pela própria dinâmica agroindustrial, que ao se desenvolver gera um conjunto de atividades não agrícolas; e *iii)* pela informalidade e precariedade da venda da força de trabalho no meio rural, em larga medida decorrente da sazonalidade dos processos de produção na agricultura. Todavia, no meio rural também existe um segundo conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas, que são esporádicas, intermitentes e temporárias, sem jornada de trabalho formal pré-estabelecida – serviços domésticos, vendedores ambulantes ou de porta-em-porta, diaristas, empreiteiros, boias-frias, volantes. A sua execução pode se dar dentro ou fora do estabelecimento agropecuário, assim como ser próxima ou longe da moradia.

Na categoria *pluriatividade agrária*, estão somados aquelas atividades que Schneider (2009) denomina *pluriatividade para-agrícola*, referente a uma evolução da transformação, do beneficiamento ou processamento artesanal, tradicionalmente para o autoconsumo, que passa a ganhar escala industrial – pequena ou média – e a ser orientada para a venda no mercado. Em geral, refere-se à produção de derivados de leite, cana-de-açúcar, carnes, frutas e outros produtos que passaram a ser processados e transformados no interior das propriedades mediante agregação de valor, surgindo como uma alternativa de emprego, ocupação e renda para as famílias de pequenos agricultores que vislumbram uma forma de inserção econômica e mercantil por mecanismos diferentes dos usuais esquemas de integração agroindustrial, como as aves e suínos, ou a produção de *commodities* como a soja.

No Brasil, esses empreendimentos vêm sendo chamados de *agroindústrias familiares rurais*, constituindo-se em uma enorme diversidade de formas organizativas e tecnológicas, que possuem os mais diversos tamanhos, escalas

e tipos de gestão – familiares individuais, associativas, cooperativas etc. (Duarte e Grigolo, 2006; Gazolla e Pelegrini, 2008; Scarton, 2010).⁸

3 PLURIATIVIDADE

De acordo com os dados do CA 2006, naquele ano foram recenseados 5.175.489 estabelecimentos agropecuários em todo o Brasil, sendo que 1.910.131, 37% destes, podem ser considerados pluriativos. As tabelas 1 e 2 indicam a abrangência do fenômeno da pluriatividade em termos absolutos e relativos, mensurando o universo de estabelecimentos pluriativos no total dos estabelecimentos agropecuários e distinguindo entre as categorias AF e ANF.

TABELA 1
Estabelecimentos agropecuários pluriativos e não pluriativos – Brasil e regiões Sul e Nordeste

Recortes	Não pluriativos	(%)	Pluriativos	(%)	Total	(%)
Brasil	3.265.358	63,0	1.910.131	37,0	5.175.489	100,0
Região Sul	650.996	64,7	355.185	35,3	1.006.181	100,0
Região Nordeste	1.546.517	63,0	907.489	37,0	2.454.006	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Projeto Ipea/ PGDR, 2010-2011.

Obs.: tabulação especial realizada pelo IBGE.

Considerando o total de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 84,4% (4.367.902) podem ser classificados como pertencentes à categoria AF, e 15,6% (807.587) à categoria ANF (IBGE, 2009). Sendo que, de acordo com a tabela 2, entre os estabelecimentos de AF, 51,9% (419.051) são pluriativos, ao passo que, entre os de ANF, apenas 34,1% (1.491.080) são pluriativos.

TABELA 2
Estabelecimentos totais e pluriativos, segundo a agricultura familiar (AF) e agricultura não familiar (ANF) – Brasil e regiões Sul e Nordeste

Recortes	Variáveis	Agricultura familiar	(%)	Agricultura não familiar	(%)
Brasil	Total	4.367.902	100,0	807.587	100,0
	pluriativos	1.491.080	34,1	419.051	51,9
Região Sul	Total	849.997	100,0	156.184	100,0
	pluriativos	275.945	32,5	79.240	50,7
Região Nordeste	Total	2.187.295	100,0	266.711	100,0
	pluriativos	752.040	34,4	155.449	58,3

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Projeto Ipea /PGDR, 2010-2011.

Obs.: tabulação especial realizada pelo IBGE.

8. Para uma análise das agroindústrias rurais com base nos dados do CA 2006, ver o capítulo de Waquil *et al.* (2013) neste volume.

Essa constatação representa uma intrigante surpresa, haja vista que a quase totalidade dos estudos sobre pluriatividade no Brasil sempre consideraram este fenômeno como uma especificidade da agricultura familiar e pouca atenção era dada a sua manifestação em outros segmentos – agricultura empresarial, patronal, capitalista, corporativa etc. Em parte, porque os estudos realizados com base nos dados secundários da PNAD não operavam esta distinção e os estudos de caso geralmente eram focados exclusivamente na agricultura familiar, justamente em regiões onde esta é predominante, assim como no Sul e no Nordeste do Brasil, que em conjunto abrigam praticamente 80% da agricultura familiar nacional.

Em face da falta de estudos e pesquisas específicas sobre as características da pluriatividade em estabelecimentos não familiares, é possível apelar ao senso comum para buscar alguma explicação para a sua grande ocorrência e afirmar que muitos estabelecimentos não familiares são, de fato, unidades de produção cuja propriedade pertence a pessoas ocupadas em outras atividades econômicas, como os profissionais liberais – médicos, dentistas, advogados etc. – que lá residem e trabalham nas imediações urbanas, o que vem se tornando bastante típico em cidades pequenas e médias. Outra hipótese a ser mais bem estudada é a de que profissionais das ciências agrárias, como agrônomos, veterinários, zootecnistas, entre outros, sejam também proprietários de estabelecimentos rurais, mas não exploram a unidade em regime de economia familiar. Há ainda a possibilidade de que muitos destes estabelecimentos não familiares sejam, na verdade, sítios ou chácaras utilizados ao mesmo tempo para lazer e residência de pessoas que não são especificamente agricultores – *neorurais* –, não constituindo necessariamente uma unidade de produção agropecuária. Enfim, apesar de uma variada gama de possibilidades práticas da pluriatividade em estabelecimentos agropecuários não familiares, este fenômeno evidencia uma faceta da heterogeneidade e diversidade do meio rural brasileiro e das *novas ruralidades* emergentes.

É possível que alguns estabelecimentos classificados como de ANF sejam, na verdade, também de AF, mas que por alguma razão não foram aí incluídos. Por isso a hipótese mais plausível talvez seja a de que, entre os critérios da metodologia do IBGE, baseada na definição do PRONAF e da Lei nº 11.326, havia um que propunha que os estabelecimentos que possuíssem mais da metade da renda proveniente de atividades não agrícolas fossem excluídos da classificação de agricultura familiar para fins de delimitação dos beneficiários potenciais desta política pública, sendo automaticamente classificados na outra categoria, por não se adequarem ao referido critério, que, como se afirmou na introdução, desde 2011 sofreu uma alteração, vindo a permitir a inclusão destes estabelecimentos pluriativos no universo dos estabelecimentos de agricultura familiar. Esta questão será retomada adiante.

Seja como for, pode-se apenas postular possíveis hipóteses explicativas, a serem aprofundadas em estudos vindouros, que tenham seu foco sobre o perfil e as características da pluriatividade em estabelecimentos agropecuários não familiares. Uma primeira possibilidade seria, por exemplo, cruzar as informações sobre os estabelecimentos pluriativos com a questão 5 do questionário do CA 2006, em que se pergunta *qual é o local de residência da pessoa que dirige o estabelecimento*; o que não foi feito nesta pesquisa.

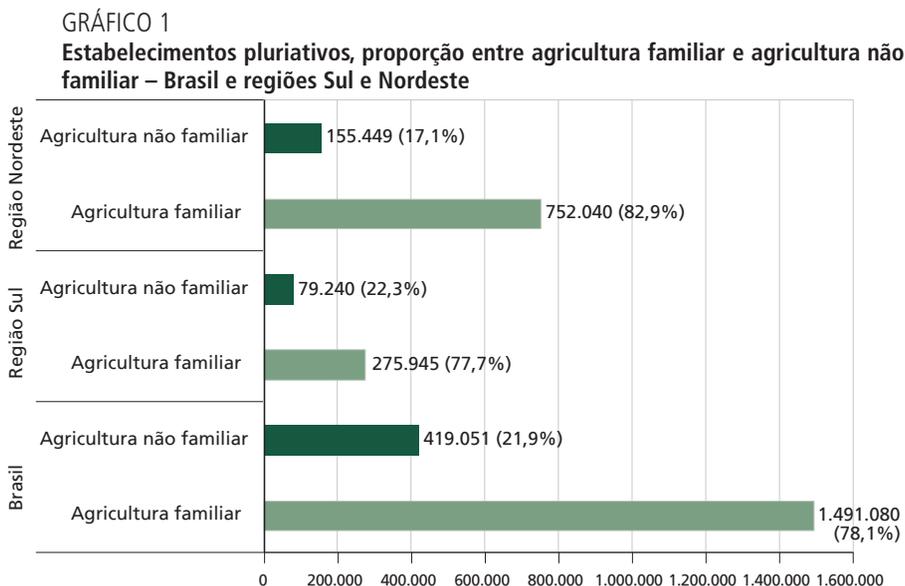
Outra possibilidade seria cruzar as informações sobre a pluriatividade com variáveis como a *condição do produtor em relação às terras* – proprietário; assentado sem titulação definitiva; arrendatário; parceiro; e ocupante – e, principalmente, com as variáveis de *condição legal do produtor* – produtor individual; condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas; cooperativa; sociedade anônima (S/A) ou sociedade limitada (LTDA); instituição de utilidade pública; e governo; tal cruzamento também não foi feito nesta pesquisa.

Na região Sul, formada pelos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, há um grande número de estabelecimentos agropecuários: 1.006.181, segundo o CA 2006. Isto representa 19,4% do total dos estabelecimentos agropecuários do país. Entre estes, 35,3% (355.185) são pluriativos. Os 849.997 estabelecimentos de agricultores familiares recenseados nesta região representam 84,5% do total. Por sua vez, os 156.184 estabelecimentos de agricultores não familiares representam 15,5%. A tendência anteriormente apontada para o Brasil, portanto, também se confirma para a região Sul, embora de maneira mais equilibrada entre as duas categorias: entre os estabelecimentos de AF, 32,5% (275.945) são pluriativos, enquanto entre os de ANF 50,7% (79.240) o são.

A região Nordeste é formada por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. São 2.454.006 estabelecimentos agropecuários, o que significa 47,41% do total destes estabelecimentos no Brasil, sendo 37% (907.489) pluriativos. Na região Nordeste, também se encontra a maior concentração de agricultores familiares do Brasil: 89,1% (2.187.295) do total de estabelecimentos agropecuários da região pertencem à categoria AF, dos quais 34,4% (752.040) são pluriativos, e apenas 10,9% (266.711) pertencem à categoria de ANF, dos quais 58,3% (155.449) são pluriativos. Ou seja, a tendência apontada para o Brasil, e ratificada na região Sul, também se confirma no Nordeste, porém a incidência de pluriatividade em ambas as categorias na referida região está acima da média nacional e apresenta ainda mais intensidade entre os estabelecimentos de ANF.

Com o gráfico 1, pode-se comparar os dados para cada unidade territorial, mostrando a distribuição dos estabelecimentos pluriativos entre as categorias AF e ANF. Verifica-se que há maior convergência percentual entre Brasil e região Sul,

onde aproximadamente 78% dos estabelecimentos pluriativos são de AF e cerca de 22% de ANF, enquanto no Nordeste a proporção é de 82,9% para 17,1%.



Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Projeto Ipea/PGDR, 2010-2011.

Obs.: tabulação especial realizada pelo IBGE.

Na seqüência, com base nos dados da tabela 3, abordam-se os tipos de atividades que são desenvolvidas dentro dos estabelecimentos pluriativos de AF e de ANF e, desse modo, os próprios tipos de pluriatividade, identificados em trabalhos como os de Schneider (2009), Conterato (2008) e Escher (2011), para alguns territórios do Sul do Brasil, por meio de estudos de caso.

TABELA 3
Estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar e agricultura não familiar, segundo o tipo de atividade e pluriatividade – Brasil e regiões Sul e Nordeste

Recortes	Variáveis	Agricultura familiar	(%)	Agricultura não familiar	(%)
Brasil	Agropecuária (agrária)	674.249	45,2	140.323	33,5
	Não agropecuária (intersetorial)	774.909	52	262.260	62,6
	Agropecuária e não agropecuária (intersetorial)	41.922	2,8	16.467	3,9
	Total	1.491.080	100	419.050	100
Região Sul	Agropecuária (agrária)	101.084	36,6	25.909	32,7
	Não agropecuária (intersetorial)	169.101	61,3	50.647	63,9
	Agropecuária e não agropecuária (intersetorial)	5.760	2,1	2.684	3,4
	Total	275.945	100	79.240	100

(Continua)

(Continuação)

Recortes	Variáveis	Agricultura familiar	(%)	Agricultura não familiar	(%)
	Agropecuária (agrária)	384.138	51,1	59.832	38,5
Região	Não agropecuária (intersetorial)	345.243	45,9	89.422	57,5
Nordeste	Agropecuária e não agropecuária (intersetorial)	22.659	3	6.195	4
	Total	752.040	100	155.449	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Projeto Ipea/PGDR, 2010-2011.

Nota: tabulação especial realizada pelo IBGE.

De acordo com os dados do CA 2006, em 54,8% dos estabelecimentos pluriativos de AF, os produtores e/ou algum dos membros da família realizam atividades não agropecuárias, em 52% dos estabelecimentos eles realizam apenas atividades não agropecuárias e em 2,8% realizam tanto atividades não agropecuárias quanto agropecuárias. Estes estabelecimentos são designados *pluriativos intersetoriais*, pois além de os produtores e/ou algum dos membros da família estarem ocupados no setor agropecuário, também se dedicam a outras atividades, especialmente nos setores da indústria, do comércio e dos serviços. Mas há um grupo de 45,2% que realizam atividades fora do estabelecimento, apenas no setor agropecuário, como aquelas ligadas a processos de subcontratação ou terceirização na prestação de serviços auxiliares, a exemplo dos serviços de máquinas e equipamentos, ou então das ocupações agrícolas assalariadas fora do estabelecimento, como em plantio e colheita, ou mesmo de atividades de beneficiamento, transporte e comercialização de produtos advindos da produção agropecuária, os quais são designados *pluriativos agrários*.

Entre os produtores e membros das famílias dos estabelecimentos pluriativos de ANF do Brasil, 66,5% podem ser considerados pluriativos intersetoriais, 62,6% realizam apenas atividades não agropecuárias e 3,9% realizam atividades não agropecuárias e também atividades agropecuárias. Uma porcentagem de 33,5% destes estabelecimentos também realizam atividades eventualmente fora do próprio estabelecimento, mas de qualquer maneira estão vinculadas ao setor agropecuário, ou seja, são estabelecimentos pluriativos agrários.

Assim, para o Brasil, se poderia afirmar que, entre o total dos estabelecimentos pluriativos, os de ANF, eventualmente por serem absenteístas, se engajam mais na pluriatividade intersetorial que os de AF, em que a pluriatividade de base agrária tem um peso relativamente maior, ainda que em ambas as categorias a pluriatividade intersetorial predomine.

Na região Sul, 61,3% dos produtores e/ou membros da família dos estabelecimentos pluriativos de AF exercem atividades não agropecuárias e 2,1% exercem atividades não agropecuárias e também atividades agropecuárias. Isto quer dizer que 63,4% dos estabelecimentos familiares do Sul podem ser considerados pluriativos intersetoriais, uma proporção relativamente maior que a que ocorre no Brasil.

As pessoas dos outros 36,6% – uma proporção menor do que ocorre no Brasil agregado – exercem apenas atividades agropecuárias fora dos seus estabelecimentos, podendo ser considerados, portanto, pluriativos de base agrária. E entre os estabelecimentos pluriativos de ANF da região Sul, em 67,3% deles, os produtores ou membros exercem atividades não agropecuárias, podendo ser considerados pluriativos intersetoriais, sendo que 63,9% exercem apenas atividades não agropecuárias e 3,9% realizam também atividades agropecuárias. Os outros 32,7% destes estabelecimentos realizam apenas atividades agropecuárias fora do estabelecimento, sendo considerados pluriativos agrários, em uma proporção que praticamente segue a tendência nacional.

Na região Nordeste, em 48,9% dos estabelecimentos pluriativos de AF seus produtores e/ou membros da família exercem atividades não agropecuárias, podendo ser considerados pluriativos intersetoriais. Os outros 51,1% realizam apenas atividades agropecuárias fora do estabelecimento. Ou seja, no Nordeste, os agricultores familiares pluriativos são predominantemente de base agrária, diferente do que ocorre no Brasil e, sobretudo, no Sul. Por sua vez, entre os estabelecimentos pluriativos de ANF, em 61,5% deles, as pessoas exercem atividades não agropecuárias, podendo ser considerados pluriativos intersetoriais, sendo que 4% também realizam atividades agropecuárias. E os outros 38,5% são pluriativos agrários, pois realizam apenas atividades agropecuárias fora do próprio estabelecimento, uma porcentagem também maior que no Brasil e no Sul.

Como corolário, pode-se concluir que na região Nordeste existem relativamente mais estabelecimentos pluriativos agrários que na região Sul e no Brasil, ao passo que, na região Sul, existem relativamente mais estabelecimentos pluriativos intersetoriais que no Nordeste e no Brasil. Poder-se-ia levantar hipóteses explicativas destas diferenças relativas entre Sul e Nordeste, tanto em fatores internos, relativos a própria instituição familiar – divisão sexual do trabalho, número de membros, idade, padrões culturais –, quanto em fatores externos, relativos ao ambiente econômico das regiões – grau de diversificação das economias, disponibilidade de empregos nos diferentes setores, níveis de instrução e qualificação dos trabalhadores. Todavia isto está além dos propósitos deste capítulo e pode ser objeto de pesquisa em estudos futuros.

Quanto à ocupação da mão de obra nos estabelecimentos pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste, o total de pessoal ocupado foi dividido em duas categorias, pelo tipo de relação de trabalho vigente: *i)* com laços de parentesco com o produtor, que se refere aos próprios membros da família que exercem atividades nos estabelecimentos; e *ii)* sem laços de parentesco com o produtor, que se refere à mão de obra empregada em condições de assalariamento ou parceria com os chefes dos estabelecimentos, mas não são seus parentes.

Na tabela 4, constam algumas características da ocupação dos membros da família nos estabelecimentos pluriativos do Brasil e das regiões Sul e Nordeste. No Brasil, 3.767.760 de pessoas com laços de parentesco com o produtor estão ocupadas nos 1.491.080 estabelecimentos pluriativos de AF, o que representa 81,3% do total da força de trabalho familiar ocupada na agricultura (IBGE, 2009).

De todas as pessoas ocupadas nos estabelecimentos dessa categoria, 76,3% residem no próprio estabelecimento, mas apenas 3,7% recebem salários e 3,0% estão ocupadas em atividades não agropecuárias. Ou seja, a maior parte do pessoal ocupado no meio rural está na AF; entre estes, a maioria é formada pelos próprios membros das famílias.

Nos 419.051 estabelecimentos pluriativos de ANF brasileiros, estão ocupadas 868.990 pessoas com laços de parentesco com o produtor: 18,7% da força de trabalho familiar está ocupada na agricultura; 62,0% residem nos estabelecimentos, sendo que 14% recebem salários e 4,5% estão ocupadas em atividades não agropecuárias.

TABELA 4

Características da ocupação dos membros da família com laços de parentesco nos estabelecimentos pluriativos, por agricultura familiar e agricultura não familiar – Brasil e regiões Sul e Nordeste

Recorte	Variáveis	Agricultura familiar	(%)	Agricultura não familiar	(%)
Brasil	Residentes	2.873.808	76,3	539.137	62
	Recebem salário	139.693	3,7	75.616	8,7
	Em atividade não agropecuária	112.536	3,0	39.292	4,5
	Total	3.767.760	100	868.990	100
Região Sul	Residentes	541.114	82,1	113.664	65,3
	Recebem salário	35.119	5,3	16.468	9,5
	Em atividade não agropecuária	31.180	4,7	8.868	5,1
	Total	659.138	100	174.187	100
Região Nordeste	Residentes	1.450.716	73,5	226.339	64,9
	Recebem salário	59.151	3	20.504	5,9
	Em atividade não agropecuária	38.630	2	10.999	3,2
	Total	1.974.000	100	348.943	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Projeto Ipea/PGDR, 2010-2011.

Obs.: tabulação especial realizada pelo IBGE.

Em relação à região Sul, 659.138 pessoas com laços de parentesco com os produtores estão ocupadas nos 275.945 estabelecimentos de AF, representando 79,1% do total da força de trabalho familiar rural ocupada na agricultura da região.

De todas as pessoas ocupadas nos estabelecimentos desta categoria, 82,1% residem no próprio local de trabalho, 5,3% recebem salários e apenas 4,7% estão ocupadas em atividades não agropecuárias.

Nos 79.240 estabelecimentos pluriativos de ANF sulinos, estão ocupadas 174.187 pessoas com laços de parentesco com o produtor: 20,9% da força de trabalho familiar está ocupada na agricultura; 65,3% delas residem nos estabelecimentos, sendo que 9,5% recebem salários e 5,1% estão ocupadas em atividades não agropecuárias.

Em relação à região Nordeste, 1.974.000 pessoas estão ocupadas nos 752.040 estabelecimentos de AF da região: 85% do total de 2.322.934 pessoas com laços de parentesco com os produtores de estabelecimentos pluriativos; 73,5% delas residem nos estabelecimentos; e apenas 2% exercem atividades não agropecuárias.

O total de 348.943 pessoas estão ocupadas nos 155.449 estabelecimentos pluriativos de ANF do Nordeste: 15% do total do pessoal ocupado tem laços de parentesco com os produtores; 64,9% destas pessoas residem no estabelecimento da família, sendo que 5,9% recebem salários e 3,2% exercem atividades não agropecuárias.

Algumas características do pessoal ocupado por meio de regimes de assalariamento ou parceria nos estabelecimentos pluriativos do Brasil e das regiões Sul e Nordeste podem ser observadas na tabela 5.

TABELA 5

Características da ocupação dos empregados contratados sem laços de parentesco nos estabelecimentos pluriativos, por agricultura familiar e agricultura não familiar – Brasil e regiões Sul e Nordeste

Recorte	Variáveis	Agricultura familiar	(%)	Agricultura não familiar	(%)
Brasil	Empregado permanente	41.725	8,2	577.734	50,2
	Empregado temporário	457.058	89,4	520.767	45,3
	Empregado parceiro	3.946	0,8	36.408	3,2
	Empregado em outra condição	8.343	1,6	15.832	1,4
	Total	511.072	100	1.150.741	100
	Em atividade não agropecuária	19.296	3,8	37.857	3,3
	Residentes	68.172	13,3	397.502	34,5
	Empregado permanente	6.819	12,6	80.252	56,2
	Empregado temporário	45.955	84,7	57.215	40,1
	Empregado parceiro	660	1,2	3.585	2,5
Região Sul	Empregado em outra condição	810	1,5	1.629	1,1
	Total	54.244	100	142.681	100
	Em atividade não agropecuária	3.366	6,2	7.334	5,1
	Residentes	9.034	16,7	54.496	38,2

(Continua)

(Continuação)

Recorte	Variáveis	Agricultura familiar	(%)	Agricultura não familiar	(%)
Região Nordeste	Empregado permanente	11.054	3,6	148.484	40,4
	Empregado temporário	287.971	94,5	203.167	55,2
	Empregado parceiro	1.236	0,4	10.370	2,8
	Empregado em outra condição	4.355	1,4	5.715	1,6
	Total	304.616	100	367.736	100
	Em atividade não agropecuária	8.791	2,9	10.074	2,7
	Residentes	27.768	9,1	94.805	25,8

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Projeto Ipea/PGDR, 2010-2011.

Obs.: tabulação especial realizada pelo IBGE.

Nos estabelecimentos pluriativos de AF do Brasil, estão ocupadas 511.072 pessoas: 30,8% das ocupadas neste tipo de regime de trabalho; 89,4% delas são contratadas para empregos temporários e apenas 10,6% para empregos permanentes e outros. Apenas 13,3% deles residem nos estabelecimentos e 3,8% atuam em atividades não agropecuárias.

O total de 1.150.741 pessoas estão ocupadas como empregados contratados nos estabelecimentos pluriativos de ANF no Brasil: 69% deste tipo de emprego rural. Deste universo, 50,2% são empregados permanentes e 45,3% temporários; 34,5% residem nos estabelecimentos e 3,3% atuam em atividades não agropecuárias. Estes dados só reforçam uma conclusão quase autoevidente e plenamente reconhecida: a de que a os estabelecimentos de ANF – inclusive os pluriativos – são os que mais utilizam trabalho assalariado, principalmente permanente.

Na região Sul, as 54.244 pessoas ocupadas como empregados nos estabelecimentos pluriativos de AF representam 27,5% do total dos trabalhadores contratados na agricultura. Destes, 84,7% são empregados temporários e entre os 15,3% restantes, 12,6% são permanentes. Deste pessoal, 16,7% residem nos estabelecimentos em que estão empregados e 6,2% trabalham em atividades não agropecuárias.

As 142.681 pessoas contratadas em estabelecimentos da ANF representam 72,5% do total de pessoas ocupadas neste regime de trabalho; 56,2% destas são empregados permanentes e 40,1% temporários; 38,2% residem nos estabelecimentos em que estão empregados e 5,1% trabalham em atividades não agropecuárias.

Na região Nordeste, entre o pessoal ocupado como empregados nos estabelecimentos pluriativos, 304.616 (45,3%) estão em estabelecimentos de AF, e 367.736 (54,7%) em estabelecimentos de ANF. Só que a AF contrata 94,5% destes na condição de empregados temporários e apenas 3,6% como permanentes,

enquanto a ANF tem 40,4% dos seus trabalhadores contratados em condição permanente e 55,2% em condição temporária. No caso da AF, a maioria dos empregados são temporários, e apenas 9,1% reside no estabelecimento, ao passo que nos estabelecimentos de ANF, esta porcentagem é de 25,8% de residentes. Todavia, em nenhuma destas categorias a ocupação de empregados em atividades não agropecuárias chega a 3%.

4 PLURIRRENDIMENTOS

Nesta seção, analisa-se a composição das receitas dos estabelecimentos pluriativos para as categorias de AF e ANF.

TABELA 6

Classificação das fontes de receita dos estabelecimentos pluriativos

Receitas agropecuárias	Origem animal Produção vegetal Venda de animais criados em cativeiro Venda de húmus Venda de esterco Venda de pescado
Receitas de aposentadorias e transferências governamentais	Aposentadoria Pensão Programas sociais do governo etc.
Receitas de outras fontes	Doações ou ajudas Desinvestimentos
Outras receitas do trabalho	Exploração mineral Prestação de serviços a empresas integradoras Serviço de beneficiamento para terceiros
Receitas de atividades não agropecuárias	Atividades não agrícolas
	Outras atividades não agrícolas
	Salários obtidos em atividades fora do estabelecimento
Atividade de turismo rural	
Total	Somatório das receitas anteriores

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Projeto Ipea/PGDR, 2010-2011.

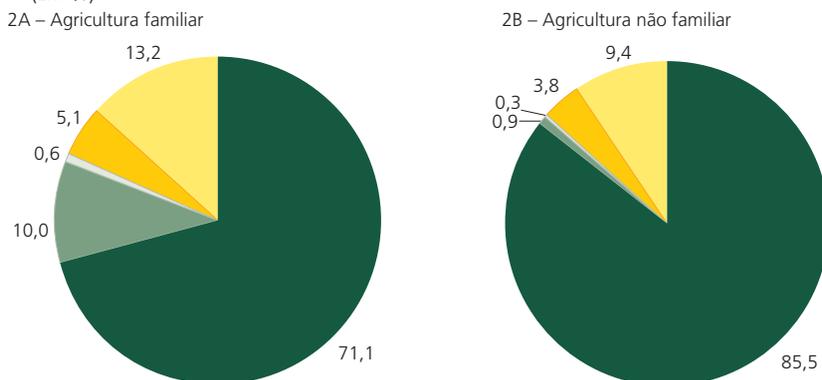
Obs.: tabulação especial realizada pelo IBGE.

A tabela 6 traz uma classificação de todas as fontes de receita que formam a receita total dos estabelecimentos agropecuários, segundo o IBGE (2009b), agregadas em cinco categorias principais, de acordo com os critérios deste projeto.

Para o Brasil (gráfico 2), as receitas provenientes de atividades agropecuárias constituem-se nas mais importantes fontes de ganhos da composição total das receitas, como seria esperado. Porém, há uma considerável variação nas porcentagens existentes entre AF e ANF e as três unidades territoriais. A receita total da ANF excede em mais de duas vezes a da AF, e a receita agrícola em mais de três vezes. No entanto, a ANF é mais dependente da receita agropecuária, esta representa 85,5% da receita total, enquanto para a AF, a receita agrícola representa

uma porcentagem menor, de 71,1% da receita total. É possível objetar que, em termos absolutos, caso fossem calculadas as médias de cada tipo de receita para o número de agricultores de cada categoria, algumas receitas, apesar de percentualmente pouco representativas para os estabelecimentos da ANF, mesmo assim seriam maiores que para os da AF, como é o caso das outras receitas do trabalho e, mais ainda, das receitas de atividades não agropecuárias.

GRÁFICO 2
Plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos, segundo a agricultura familiar e agricultura não familiar – Brasil
 (Em %)



Brasil		
Categorias	Agricultura familiar (R\$)	Agricultura não familiar (R\$)
Receitas agropecuárias	11.258.828.506,00	35.251.362.850,00
Receitas de aposentadorias e transferências governamentais	1.586.555.221,00	385.361.044,00
Receitas de outras fontes	91.378.389,00	120.274.450,00
Outras receitas do trabalho	807.772.272,00	1.585.582.001,00
Receitas de atividades não agropecuárias	2.097.131.092,00	3.887.534.427,00
Receita total	15.841.665.480,00	41.230.114.772,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).
 Elaboração: Projeto Ipea/PGDR, 2010-2011.
 Obs.: tabulação especial realizada pelo IBGE.

Um aspecto interessante diz respeito à significativa importância relativa das receitas de atividades não agropecuárias e da enorme importância, inclusive absoluta, das receitas de aposentadorias e transferências governamentais, como as do Programa Bolsa Família (PBF), para os estabelecimentos da AF. Segundo os dados do Censo Demográfico 2010, também publicado pelo IBGE, 13,4% dos domicílios do Brasil encontram-se em situação de pobreza extrema – até meio salário mínimo *per capita* – e são potenciais beneficiários do PBF. No meio urbano, 5,4% da população encontra-se nesta situação, e no meio rural a porcentagem chega a 25,5%. A situação é pior para o Nordeste e um pouco melhor para o Sul.

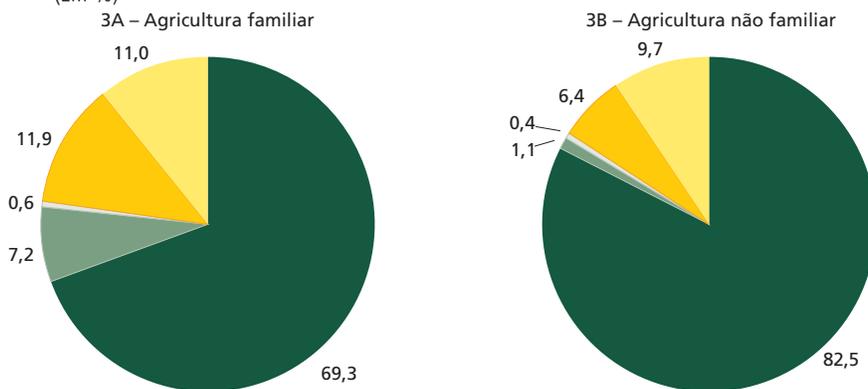
No Nordeste, 26,2% da população encontra-se em condição de pobreza extrema. No meio urbano, a porcentagem é de 11,7% da população, e chega ao altíssimo valor de 35,4% da população no meio rural. No Sul, 5,75% da população é potencial beneficiário do PBF por encontrar-se em situação de pobreza extrema. No meio urbano, a porcentagem é de 1,9% da população e no meio rural chega a 6,8%. Ou seja, a pobreza extrema e, conseqüentemente, os potenciais beneficiários das transferências do PBF, concentram-se especialmente no meio rural e na região Nordeste do país.

Na região Sul (gráfico 3), as receitas dos estabelecimentos pluriativos são ligeiramente mais diversificadas que no Brasil. Isto implica que nesta região há uma menor dependência em relação às receitas agropecuárias, sobretudo entre os agricultores familiares. Outra característica do Sul é o peso um pouco menor das receitas de aposentadorias e transferências governamentais e um maior peso de outras receitas do trabalho na formação da receita total. Na AF, as outras receitas do trabalho chegam a figurar como a segunda maior rubrica, na frente inclusive das receitas de atividades não agropecuárias. Há também uma menor desigualdade entre as categorias AF e ANF na distribuição do valor absoluto dos rendimentos em relação ao que ocorre no país em geral, com exceção das receitas agropecuárias.

GRÁFICO 3

Plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos, segundo a agricultura familiar e agricultura não familiar – região Sul

(Em %)



Região Sul		
Categorias	Agricultura familiar (R\$)	Agricultura não familiar (R\$)
Receitas agropecuárias	3.743.392.650,00	7.252.775.224,00
Receitas de aposentadorias e transferências governamentais	390.210.608,00	95.865.142,00
Receitas de outras fontes	32.007.909,00	33.759.100,00
Outras receitas do trabalho	643.744.985,00	561.727.788,00
Receitas de atividades não agropecuárias	593.431.237,00	852.341.873,00
Receita total	5.402.787.389,00	8.796.469.127,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Projeto Ipea/PGDR, 2010-2011.

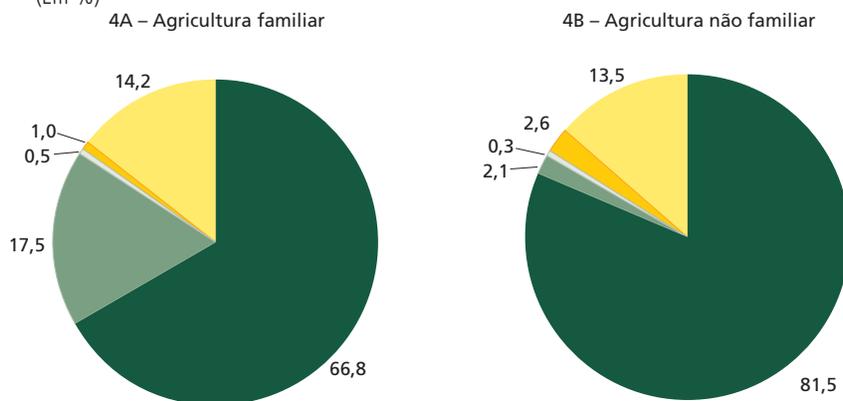
Nota: tabulação especial realizada pelo IBGE.

No Nordeste (gráfico 4), por sua vez, o peso das receitas agropecuárias para a formação da receita total, apesar de predominante, é menor que no Brasil e menor ainda em relação ao que ocorre na região Sul. Neste caso, a explicação não está no maior peso das outras receitas do trabalho, como no Sul, mas das receitas de atividades não agropecuárias no caso da ANF (13,5%) e nas receitas de aposentadorias e transferências governamentais (17,5%) no caso da AF isto ocorre por ser o Nordeste a região em que se encontra a maior concentração de famílias consideradas “pobres” no Brasil, as beneficiárias mais aptas ao recebimento dos recursos do PBF e também onde o recebimento dos recursos de aposentadoria assume uma importância primordial.

GRÁFICO 4

Plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos, segundo a agricultura familiar e agricultura não familiar – região Nordeste

(Em %)



Região Nordeste		
Categorias	Agricultura familiar (R\$)	Agricultura não familiar (R\$)
Receitas agropecuárias	3.049.650.205,00	5.388.293.370,00
Receitas de aposentadorias e transferências governamentais	798.809.092,00	136.959.071,00
Receitas de outras fontes	24.301.498,00	18.090.597,00
Outras receitas do trabalho	43.466.219,00	169.503.586,00
Receitas de atividades não-agropecuárias	650.182.703,00	890.811.844,00
Receita total	4.566.409.717,00	6.603.658.468,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).
 Elaboração: Projeto Ipea/PGDR, 2010-2011.
 Obs.: tabulação especial realizada pelo IBGE.

Retomando-se os dados sobre os plurirrendimentos em termos percentuais e em uma perspectiva comparativa por unidade territorial, percebe-se que, como seria de se esperar, as receitas agropecuárias são predominantes em todas as

regiões e para ambas as categorias, porém tem maior peso entre os agricultores não familiares, pois tanto na região Sul como na Nordeste este tipo de receita é baixa em relação ao Brasil. As receitas de aposentadorias, pensões e transferências governamentais são pouco significativas na formação da receita total dos estabelecimentos de ANF, ao contrário do que ocorre com os estabelecimentos de AF, sobretudo na região Nordeste, onde são muito significativas. Mas chama atenção a elevada porcentagem de estabelecimentos pluriativos não familiares que declararam recebimento de receitas provenientes de aposentadoria e transferências governamentais – PBF. As chamadas receitas de outras fontes – basicamente doações e ajudas –, ao menos de acordo com o que foi declarado no CA 2006, são pouco representativas.

A importância de outras receitas do trabalho variam bastante de região para região e de categoria para categoria, sendo mais importantes na região Sul e entre os agricultores familiares. E, por fim, as receitas de atividades não agropecuárias, assumem um grande peso na formação da receita total dos estabelecimentos, principalmente na região Nordeste.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em uma original contribuição metodológica, conseguiu-se identificar 1.910.131 *estabelecimentos pluriativos* entre os 5.175.489 estabelecimentos agropecuários recenseados no Brasil pelo CA 2006, representando 37% do total. Destes, 1.491.080 (78,1%) são classificados como de AF; e 419.051 (21,9%) de ANF. Na região Sul, foram recenseados 1.006.181 estabelecimentos agropecuários – 19,4% do total do país –, dos quais 355.185 (35,3%) são pluriativos; destes, 275.945 (77,7%) são de AF e 79.240 (22,3%) de ANF. Na região Nordeste, dos 2.454.006 estabelecimentos agropecuários – 47,41% do total do país –, 907.489 (37%) são pluriativos; destes, 752.040 (82,9%) são AF e 155.449 (17,1%) ANF.

No que diz respeito aos plurirrendimentos, nas três unidades territoriais analisadas, as receitas agropecuárias possuem um peso menor na formação da renda total dos estabelecimentos de AF que nos estabelecimentos de ANF: respectivamente, 71,1% contra 85,5% no Brasil; 69,3% contra 82,5% no Sul; e 66,8% contra 81,6% no Nordeste. O peso das receitas de aposentadorias, pensões e transferências governamentais, especialmente das primeiras, é muito maior entre os agricultores familiares: 10% no Brasil, 7,2% no Sul e 17,5% no Nordeste. No entanto, na região Sul, as outras receitas do trabalho possuem uma importância considerável na formação da renda total, especialmente para a AF, para a qual representam 11,9%. Na região Nordeste, por sua vez, as receitas de atividades não agropecuárias – especialmente salários recebidos fora do estabelecimento – possuem grande importância, em especial entre os agricultores não familiares.

Destaca-se que este capítulo apresenta apenas alguns dos resultados alcançados pelo subprojeto 2 – *A pluriatividade e os plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários das regiões Sul e Nordeste do Brasil em 2006*, que faz parte do projeto de pesquisa de equipe para análise dos dados do novo CA 2006. No relatório final do subprojeto 2, analisou-se uma série de outros dados relacionados, por exemplo, à caracterização dos produtores responsáveis pela direção dos estabelecimentos pluriativos – como sexo, faixas etárias e nível de instrução –, bem como informações que caracterizam os próprios estabelecimentos pluriativos – como estrutura fundiária, recebimento de orientação técnica especializada, aquisição de financiamentos e declaração da existência de dívidas e ônus reais. Dada a importância do tema, a equipe responsável pelo projeto e os parceiros do Ipea pretendem que estes resultados sejam trazidos a público o mais breve possível na forma de artigos, textos para discussão e livros.

Os autores acreditam ser importante enfatizar que o CA, apesar das ocasionais críticas que possa receber, é um instrumento fundamental para a compreensão da realidade agropecuária e do meio rural no Brasil e em suas regiões, sendo este estudo uma prova disto. Neste sentido, procura-se ainda indicar algumas questões importantes para uma futura agenda de pesquisa sobre o tema da pluriatividade com base em dados do CA. Uma primeira questão a ser pesquisada com mais profundidade seria encontrar as razões que explicam a incidência tão significativa da pluriatividade nos estabelecimentos de ANF. Na medida em que a maioria dos estudos sobre o tema sempre se preocupou quase que estritamente com a AF e, ainda mais, em regiões onde ela é absolutamente predominante, como em várias áreas do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste e oeste do Paraná, não se procurou explicações suficientemente fundamentadas, nem teóricas nem tampouco empíricas, para a pluriatividade na agricultura dita “patronal”.

E uma segunda questão, que está proximamente vinculada à primeira, é a existência de dúvidas quanto à adequação da classificação de alguns dos estabelecimentos como ANF, que de fato poderiam pertencer a AF, possivelmente por conta de problemas com a própria metodologia do IBGE, baseada nos critérios da Lei nº 11.326. Entre as razões que suscitaram esta dúvida, destaca-se a existência de uma porcentagem considerável de estabelecimentos não familiares que recebem auxílio do PBF – 11,8% no Brasil; 5,5% no Sul; e 23,4% no Nordeste. Será que tantos estabelecimentos de agricultura patronal ou empresarial seriam suficientemente pobres a ponto de precisar receber transferências do referido programa? Além disso, haveria um problema intrínseco a pluriatividade.

Até junho de 2011, os estabelecimentos que tinham mais da metade da sua renda proveniente de atividades econômicas não vinculadas ao próprio estabelecimento não poderiam ser considerados de AF pelos critérios da Lei nº 11.326, que também orienta a metodologia do IBGE, muitos agricultores familiares pluriativos,

que conseqüentemente possuem a maior parte dos seus rendimentos não vinculados a atividades agropecuárias dentro do estabelecimento, acabaram sendo classificados como agricultores não familiares. Calcular este universo e incluí-lo na análise da pluriatividade seria uma tarefa extremamente importante, além de ser também urgente, pois pode contribuir no sentido de qualificar e trazer melhorias para às próprias políticas públicas para a agricultura e o meio rural brasileiros.

Entre os entraves do PRONAF – principal política pública para a agricultura familiar no Brasil – está o problema da pluriatividade entre os critérios de classificação do seu público-alvo, que até pouco tempo previam que parcela majoritária da renda das unidades territoriais fosse oriunda exclusivamente de atividades agrícolas, especialmente nos antigos grupos D e E. Além disso, a formatação atual do programa ainda não oferece condições apropriadas ao estímulo da pluriatividade, fundamentalmente porque os apoios praticamente se restringem à concessão de créditos – exemplo do PRONAF agroindústria e turismo rural. Malgrado os avanços dos anos recentes, ainda não foram desenvolvidas ações mais abrangentes de capacitação e esclarecimento aos extensionistas rurais. Outro exemplo refere-se à linha de crédito para investimento, em que ampla parcela dos recursos e contratos é destinada às atividades agrícolas, notadamente a máquinas e equipamentos que induzem o agricultor a “fazer mais do mesmo”.

Desse modo, não obstante sua indiscutível contribuição para a agricultura familiar no Brasil, o PRONAF ainda não combina instrumentos de estímulo às atividades agrícolas com outros que fortaleçam e permitam a expansão de atividades não agrícolas e a pluriatividade das famílias de agricultores. Vale chamar a atenção para a necessidade de reflexão sobre o destino do PRONAF e suas possíveis alterações. Se a crítica ao seu viés excessivamente agrícola não lhe retira muitos dos seus méritos, ela não deixa de afirmar a necessidade de complementá-lo com a elaboração de outros tipos de política, que possam estimular a pluriatividade e seus efeitos positivos sobre a diversificação das fontes de renda das famílias agricultoras de um modo mais abrangente.

REFERÊNCIAS

ARKLERTON TRUST. **Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991**. Comisión Européene, de. 1992. (Rapport final du Programme de Recherche sur les Structures et la Pluriactivité des Menages Agricoles).

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO; BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008: agricultura para o desenvolvimento**. Washington, D.C.: BIRD/BM, 2008. Disponível em: <www.fao.org/sd/erp/workshopafrica2007/WDR08_overview_port.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2010.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília, DF: Embrapa/UNICAMP, 2004.

CARNEIRO, M.J. **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade?** II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro. Campinas - IE/Unicamp, outubro de 2001.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. *In*: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2006.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais de desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

DUARTE, V. P.; GRIGOLO, S. C. **Agroindústria associativa familiar: o mito da viabilidade**. Francisco Beltrão: ADMR, 2006.

ESCHER, F. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da Agricultura Familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

FAZENDA muda conceito de agricultura familiar. **Valor econômico**, 21 jun. 2011.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades para a sua reprodução social**. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Notas Técnicas**. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/notatecnica.pdf>.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: IBGE, 2009c.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia aplicada**, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. **CPDA-Ruralidades**, n.1, 2002.

NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A. Redes urbanas regionais e a pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil, 1992-1999 e 2001-2005. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.38, n.4, out-dez. 2007, p.637-658.

NASCIMENTO, C. A. *et al.* Agricultura Familiar e Políticas Públicas: um estudo de caso comparado em Canápolis e Coromandel, MG. XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2010.

NEVES, D.P. Agricultura Familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997, p. 7-25.

_____. Agricultura Familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas/SP, n.25, mai/dez. 1995, pp.21-37.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da Agricultura Familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SCARTON, L. M. **Governança na cadeia da cachaça artesanal: o caso do grupo Alambiques Gaúchos**. Dissertação (Mestrado), Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação. *In*: GRAMMONT, Hubert Carton; MARTINEZ VALLE, Luciano (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1 ed. Quito/Equador: Editora Flacso - Serie FORO, 2009, v.1, p.132-161.

_____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, a.16, n. 3, jul./set. 2007, p.15-34.

_____. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2006.

_____. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 3, set/dez. 2004.

_____. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Agricultura Familiar e industrialização**. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas/SP, n.24, v.3, set/dez. 1994, p.106-132.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural. *In*: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Orgs.). **Entre el campo y la ciudad**. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2006.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. Agricultura Familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: Faleiro, F.G. e Farias Neto, A. L. (ed.) **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agrogotício e recursos naturais**. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p.989-1014.

SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. Evolução das ocupações e comparação das rendas das famílias rurais no Estado do Rio Grande do Sul: 2001-2004. Encontro de Economia Gaúcha, 3., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2006.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Tores Associados, 2002.

WANDERLEY, M.N.B. Olhares sobre o "rural" brasileiro. **Revista Raízes**, Campina Grande, v.23, n.1 e 2, jan/dez. 2004.

WORLD BANK. **Rural Development: from Vision to Action**. Executive Summary. Washington: WORLD BANK, 1997. (Environmental and Socially Sustainable Development studies and monograph series, n. 12).

_____. **The Rural Non-Farm Economy: report on presentations and discussions at the World Bank**, n.15-17. Washington: WORLD BANK, 2000.